



ESTADO DO AMAPÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

Aos vinte e um (25) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezenove (2019), às quinze horas (15h00), no Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, sito à Rua General Rondon, 1295, Centro, nesta Capital, foi iniciada a vigésima reunião de trabalho do Comitê Estadual de Saúde Judiciário (CES-Jus) do Estado do Amapá com o objetivo de discutir sobre Projeto de Solução Tecnológica para Modernização e Melhora da Gestão e Eficiência de Saúde Pública do Estado e Municípios; Informações acerca do Hospital Universitário: Articulação para reforçar a equipe da área de compras da UNIFAP com especialistas em equipamento hospitalar; Hospital do Amor de Macapá. Visita a sede do Hospital do Amor em Barretos (SP); Implantação do serviço de prevenção masculina ao câncer, no Hospital do Amor de Macapá; Implantação dos serviços de radioterapia e quimioterapia pela Sesa; Convênio que trata da cessão de profissionais da saúde bucal ao Município de Macapá; Andamento do processo de descentralização de Urgência e Emergência e Informações; Realização do curso sobre Faturamento, pela Escola de Saúde Pública. A mesa foi composta pelo Desembargador Carlos Tork, Presidente do Comitê Estadual da Saúde; pela juíza Alaide Maria de Paula, juíza titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Macapá; pelo Senhor Jaci Amanajas, Deputado Estadual; pelo Senhor Raul Silva Júnior, Procurador do Estado; pelo Senhor Leandro Zanata, Defensor Público; Senhora Eliane Albuquerque, do Procon; pelo Senhor Douglas Moraes da Costa, do Conselho Regional de Farmácia; pela Sra. Tânia Vilhena, da Secretaria Municipal de Saúde; pela Sra. Silvana Vodevelli, da Secretaria Municipal de Saúde; pela Senhora Sivalda de Nazaré Pereira, do Conselho Estadual de Saúde; pela Senhora Larissa Chaves Tork de Oliveira, da Ordem dos Advogados do Brasil Amapá; pela Sra. Otonilda Cardoso, da Agência de Vigilância Sanitária; pelo Sr. Anderson Bentes, do Conselho de Secretários Municipais de Saúde; pelo Sr. Roberto Bauer Melo, do Ministério da Saúde do Amapá. Iniciados os trabalhos, o presidente do Comitê desembargador Carlos Tork, justificou a ausência do corpo técnico da SESA, pois o secretário de saúde precisou reunir com sua equipe técnica para dar andamento ao que foi tratado junto ao Comitê, que o mesmo tem enfrentado dificuldade para fazer os grupos de trabalho, em especial o grupo de trabalho que foi criado por sugestão do deputado Jacy Amanajás com a seguinte proposição: orçamento da Secretaria de Estado da saúde para o ano de 2020 junto com o Ministério Público e Assembleia Legislativa, que de acordo com LDO está previsto 900 milhões de reais e que não será suficiente para cobrir as despesas correntes que serão de 1 bilhão e 200 milhões de reais; diante desse quadro foi constituído um grupo de trabalho composto por técnicos do Comitê (Vitória Machado, Francys Campos, Ronaldo Melo e Paulo Bezerra) e os técnicos da SESA e o Ministério Público Estadual, para buscar solução ou o caminho a ser traçado, sendo que foram realizadas duas reuniões e no primeiro diagnóstico financeiro foram identificados os ativos e passivos; na segunda reunião foram apresentadas as deficiências e o qual motivo dessa defasagem financeira, e qual a proposição para solucionar, no entanto ainda não quantificaram as diversas situações, e que o grande problema é a folha de pagamento que está absorvendo 80% e que a situação agravou com a criação do auxílio jaleco, criação dos plantões multidisciplinar; que levou descontrole da folha e falta de condição de pagamento. Diante desse quadro foi dito que o secretário de saúde teria apoio do comitê, desde que apresentasse propostas exequíveis para



ESTADO DO AMAPÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

gestão administrativa e financeira; que o Comitê intermediaria junto ao Governador, a classe médica, entre outros profissionais da saúde. Que deveria ser apresentada tal proposta dentro da data da LDO para 2020. Na sequência o próximo de pauta, presidente do comitê informou que participaram de uma reunião na UNIFAP juntamente com a EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) - empresa que vai administrar o Hospital Universitário, a reunião teve como pauta as fases do hospital e presidente da CPL informou que tem dinheiro na conta para empenhar de 33 milhões para compra de equipamento e que não iria conseguir empenhar além de 2 milhões. Diante disso o Comitê acionou o senador Davi Alcolumbre para saber se haveria alguém que tivesse expertise, sendo que o senador entrou em contato com o prefeito de Salva-dor ACM Neto e que haviam implantado Hospital e estavam com a equipe desmobilizando; e atendeu o pedido do senador e mandou a equipe de profissionais para UNIFAP a custo zero, já tratando na aquisição de medicamentos e equipamentos; que o Hospital universitário deve ser inaugurado em maio de 2020; que haverá concurso público com data prevista para junho e deve abranger média e alta complexidade. Dando prosseguimento próximo ponto de pauta foi apresentação do projeto para implantação de Solução Tecnológica - Sistema eletrônico, que foi apresentado ao deputado federal André Abdon, mas apesar dos esforços não chegou a tempo das emendas; então foi levado ao senador Davi e ao governador do estado e foi definido a implantação do projeto orçado em 25 milhões e abrange todas as esferas da saúde (Federal, Estadual e Municipal), o projeto envolve aquisição de equipamentos e capacitação de servidores; que será financiado pelo BNDES, mas que como mudou o formato, falta fechar o projeto para encaminhar; que o governador deu aval, entretanto, solicitou que o comitê supervisione. Diante disso o presidente do Comitê solicitou dos representantes do comitê a necessidade de criar grupo de trabalho para acompanhar o projeto desde o Termo de referência, sendo a tarefa mais importante para o comitê compor grupo de trabalho que faça o supervisionamento do projeto do Projeto básico a licitação. Pe-di-u a palavra o Sr. Roberto Bauer e falou sobre S-Codes, que vai verificar junto ao Ministério da saúde a possibilidade de chamar dois técnicos do Rio de Janeiro para ajudar no projeto e se comprometeu entrar em contato para integrar o grupo de trabalho. Na sequência o presidente do comitê perguntou se o município poderia compor o grupo de trabalho a Sra. Tânia Vilhena se colocou a disposição. Sr. Douglas pediu a palavra e informou que o Estado não avançou na padronização dos medicamentos junto a CATEFAT, que a CAF não tem planejamento para 2020; ficou decidido que o Sr. Douglas vai compor o grupo de trabalho. Dra. Larissa pediu a palavra e sugeriu que o conselho de Medicina fizesse parte do grupo de trabalho. Dr. Eduardo Monteiro se propôs a verificar junto ao Conselho Regional de Medicina um profissional para compor a equipe de trabalho que tenha expertise em prontuário eletrônico. Ficou decidido que irão compor o grupo de trabalho o Sr. Douglas da Costa, Roberto Bauer e do conselho de Medicina o profissional será indicado pelo Dr. Eduardo Monteiro. Na sequência o próximo ponto de pauta foram as informações que o presidente do comitê realizou juntamente com representante do Ministério Público do Estado e o Deputado estadual Jacy Amanajás no Hospital do Amor em Macapá e Hospital em Barretos, a visita consistiu em tomar conhecimento das atividades desenvolvidas no hospital de Macapá (prevenção com diagnóstico precoce de mama em homem e mulher colo úterino, além de pequenos procedimentos cirúrgicos) e em seguida viajaram para conhecer o hospital de Barreiras sendo o principal motivo trazer o diagnóstico do câncer de próstata para Macapá. Presidente do comitê informou ainda a respeito da radioterapia que tem a previsão de 5 milhões para construção do amor em Macapá; Que falta a regularização do terreno. Deputado Jacy Amanajás informou do projeto e da estrutura; que a sua manutenção é de 36 milhões, sendo 15 milhões destinado pelo SUS e restante bancado pela classe artística; que a filosofia é voltada



ESTADO DO AMAPÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

para tratamento de ponta e humanizado; que estão preocupados com a imagem do hospital; Que a finalidade da visita era a implantação do serviço de prevenção e diagnóstico de câncer de próstata em Macapá, mas no decorrer da visita ficou a ideia de implantar os serviços de radioterapia e quimioterapia para os pacientes em tratamento de câncer no estado; sendo que a gestão será do hospital de Barretos, mesmo havendo a parceria entre o estado pois eles querem garantir a qualidade do atendimento, terminou sua apresentação fazendo referência ao Hospital de Rondônia encontra-se consolidado; que a visão de futuro seja que o hospital de Macapá chegue ao ponto de oferecer a prevenção, diagnóstico e tratamento. Ato continuo o presidente do Comitê informou que o Estado não repassa recurso ao Hospital do Amor pelo terceiro mês seguido. Falou ainda da importância da filantropia para o hospital do amor; que a tecnologia utilizada no hospital de barreto é de ponta, além da ciência e pesquisa e que a recuperação dos pacientes esta em torno de 83%. Dito isso o comitê se comprometeu em se envolver na filantropia. Dra. Alaide pediu a palavra e falou da necessidade da sociedade contribuir através de doações. O presidente do comitê irá solicitar ajuda da Sr. Bernadeth Farias para montar uma campanha para a sociedade se sensibilizar para a importância de doações ao Hospital do Amor. Ato continuo a Sra. Sivalda se comprometeu em envolver o Rotary na campanha e irá verificar de que forma poderão ajudar na busca de recursos. Próximo ponto de pauta, solicitado pelo Dr. Eduardo Monteiro e iniciou sua fala informando que a situação no Hospital de Emergência esta caótica, perguntou se havia representante do Ministério Público na reunião; que a saúde esta precária por falta de planejamento, pois a rede em 40 anos não avançou, a rede para tender a média e alta complexidade não evoluiu; que teve informação que a saúde perde 13 milhões,, pois o hospital de emergência tem 60 a 70 pacientes fora de leitos em excedente, por isso não recebe investimento do Ministério da saúde; que o CRM tem fiscalizado e tem enviado relatos ao Ministério Publico do Estado, diretores dos hospitais, no entanto, nada tem sido feito que os corredores do HE estão cheios e que maior causa é falta de planejamento; que a higiene é precaria; que não é possível a interdição, pois é o único hospital do estado; que o CRM tem feito interdição etica; que não existe regulação; que o paciente do interior é trans-ferido sem regulação; que as proprias UPAS transferem o paciente sem regulação; que transferem pacientes em estado grave para os corredores e que isso é rotina; que existe resolução impedindo essa prática; que o HE possui 2 leitos de UTI, mas nenhum é cadastrado e que recebem como leito de clinica médica. Destacou ainda que em contrapartida o governo do Estado constroem 2 UPAS, enquanto no restante do Brasil são de responsabilidade dos municipios; que as próprias UPAS não são cadastradas e por isso não recebem recurso do Ministerio da Saúde; Que oito especialistas pediram desligamento dos quadros da saúde; Que não existe dialogo com a SESA. Ato continuo o presidente do comitê informou que a SESA está em conversa com hospital universitário para cessão de mão de obra para média e alta complexidade; que a primeira preocupação é não perder os 33 milhões destinados para equipamento do HU; Destacou que existem discussões da situação da folha de pago-mento da SESA; que não houve planejamento; que criaram despesas sem previsão orçamentária; que o comitê tem enfrentado a situação da saúde com dialogo; que a equipe técnica da SESA deve fazer o dever de casa; que deve administrar o orçamento; que não pode fazer despesas, sem a devida previsão orçamentária; que deve consolidar as contas para ad-ministrar; que deve pagar as contas de acordo com as suas possibilidades e não criar novas despesas. Na sequência o presidente do Comitê Desembargador Carlos Tork destacou que esta pensando no futuro, por isso a prioridade é implantação do sistema eletrônico; ressaltou que o prefeito de Macapá Sr. Clecio tem acordo político e se comprometeu que aos poucos irá assumir a urgência e emergência. Destacou ainda que o CRM faça parte do grupo de trabalho que esta reunindo com a SESA para discutir orçamento, no entanto, o representante do CRM o pediu que se reunisse separadamente para discutir sobre o orçamento. Na oportunidade Sr. Roberto



ESTADO DO AMAPÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

Bauer pediu a palavra e falou da importância do Conselho Estadual de Saúde participasse desse processo de fiscalização. Na sequência o presidente do comitê solicitou da Sra. Sivalva que houvesse um representante do Conselho Estadual de Saúde no grupo de trabalho, pois o mesmo possui força de fiscalização. Após, o Desembargador Carlos Tork encerrou a reunião.

RECOMENDAÇÕES/DELIBERAÇÕES DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

a) Designação da próxima reunião extraordinária para o dia 16 de dezembro de 2019, às 15h00 no Plenário do Tribunal de Justiça;

b) Saúde Indígena, Roberto Bernardes;

Nada mais havendo a tratar, eu, Deire Sandre Correa _____, Técnica Judiciário, Secretária nomeada para o ato, lavrei a presente ata que será lida e assinada após aprovação por todos.

Carlos Tork
Coordenador do CES-Jus